

42º Encontro Anual da Anpocs

GT8 Democracia e desigualdades

A democracia desmantelada no Brasil: a ofensiva contra os direitos democráticos e sociais, o aumento das opressões e a ampliação das desigualdades sociais

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

UFRB

A democracia dismantelada no Brasil: a ofensiva contra os direitos democráticos e sociais,o aumento das opressões e a ampliação das desigualdades sociais

Antonio Eduardo Alves de oliveira

antonioeduardo@ufrb.edu.br

Resumo:

O presente trabalho aborda como a interrupção abrupta do mandato conquistado democraticamente da presidenta Dilma Rousseff representou uma importante modificação nas características do regime político brasileiro, com o desmonte dos direitos sociais e democráticos. A agenda democrática brasileira ainda que restrita e limitada, marcada por problemas de representação política e pouca participação política efetiva, está sendo substituída por um novo regime, marcado pela ausência da intervenção popular, no retorno da censura, extinção das secretarias de combate as opressões, bem como o estabelecimento de Medidas Provisórias e PECs que alteram significativa a configuração das políticas brasileiras. Neste trabalho, busca-se discutir não somente os contornos dessa agenda com características neo-liberais, mas pretende-se debater as abordagens teóricas e os estudos históricos e empíricos sobre o Estado, o neo-liberalismo, e pós-democracia no Brasil e no mundo. Por fim, almeja-se analisar a construção de espaços de resistências, construídos por atores sociais tanto nas redes sociais quanto nos enfrentamentos cotidianos em defesa dos direitos, contra as opressões e pela democracia.

A queda do governo Dilma e a derrocada do pacto “democrático” colocaram em relevo a ruptura de setores fundamentais das classes dominantes com as características democratizantes do regime político, e mais que isso, representou o estabelecimento de uma política aberta de retrocesso social visando a desmontagem das concessões econômicas e sociais, em especial as estabelecidas nos 13 anos de governo de Frente Popular.

Como entender a crise política brasileira na atualidade? As disputas entre o parlamento e o executivo, o significado das coalizões do governo de Frente Popular, a crise do PT, o jogo da direita golpista dentro e fora do governo, a ação do movimento operário e popular e outros atores políticos.

A crise política brasileira tem elementos de uma tensão espetacular, a disputa pelo poder, os grupos, partidos, a imprensa, o judiciário, os movimentos sociais, a relação entre as classes, estado e economia, passando ainda pela cultura política e pelo cenário internacional.

Não são muito esclarecedoras as análises oriundas da ciência política tradicional e nem da esquerda acadêmica. Aqueles que se reivindicam marxianos não fazem senão misturar as correntes teóricas predominantes nas universidades com uma linguagem pretensamente marxista para efetivamente não dizer nada. Neste discurso supostamente baseado na leitura dos textos dos autores, geralmente citados com fartura, os intelectuais mais festejados apresentam abordagens mecânicas e comprometidas com as posições da esquerda pequeno burguesa, marcadamente caracterizadas pela superficialidade intelectual (salvo as exceções que confirmam a regra).

A derrubada do governo Dilma Rousseff não foi uma operação menor e limitada, mas tem um alcance amplo, colocando em movimento uma operação de reconfiguração do regime democratizante, que começou em 1985-88. O golpe, travestido de impeachment de Dilma Rousseff, evidencia que as classes dominantes não conseguem sustentar o pacto político democratizante. Os grandes grupos capitalistas, através dos partidos burgueses fundamentais do regime (PMDB-PSDB-DEM), estão cunhando um regime político com características mais autoritários.

O que temos aqui é uma dupla exaustão. De um lado, de um ponto de vista mais imediato, o esgotamento da combinação política que permitiu que diante da crise da política neoliberal implementada por FHC, PT chegasse ao executivo federal em 2002 com eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. De outro, o esgotamento do regime baseado no pacto que se seguiu ao desmoronamento da ditadura. Isso significa uma crise aguda do regime, o que requer uma substituição das regras do jogo.

A grande debilidade da esquerda em geral e dos acadêmicos é a incompreensão de que o impeachment é golpe efetivo. Neste sentido, o golpe não é mera manobra parlamentar. Não é um golpe “institucional”, a manobra parlamentar, através da votação do

impeachment, é apenas um mecanismo para concretizar um processo mais amplo, a forma escolhida para a retirada do PT do governo federal foi um aspecto concreto, mas tomado isoladamente não define por si só o caráter do golpe de Estado, inclusive os golpistas já tinham tomado a decisão, antes mesmo do suposto julgamento no Congresso Nacional, havendo inclusive um leque de opções de ações institucionais, caso o impeachment fosse retardado, como o processo de cassação da chapa Dilma/Temer no TSE. Neste sentido, é preciso entender que a maneira como foi feito o impeachment, com o papel exercido pelo presidente da Câmara de deputados, Eduardo Cunha, foi apenas um minúcia das circunstâncias, e não explicação fundamental “a vingança de Cunha”, como inclusive foi tônica da defesa da presidenta Dilma Rousseff.

Na verdade, a queda do governo já tinha sido decidida anteriormente, como posteriormente os áudios vazados do senador Romero Jucá revelaram, envolvendo o judiciário, grupos empresariais, a mídia e os militares. Toda situação se define a partir da compreensão de que a retirada de Dilma Rousseff através de um processo de impeachment em 2016 foi um golpe de Estado, não há nada de fundamentalmente diferente entre esse golpe e outros dados em vários momentos históricos.

O fato do golpe apresentar uma forma parlamentar indica uma certa conjunção de fatores na correlação de forças, mas não quer dizer que na essência o resultado da quebra da democracia seja diferente de outras formas. Não se trata de afirmar que todos os golpes são iguais, mas de que as consequências do golpe serão, no essencial, muito próximas. O ponto a ser destacado é que o golpe não é limitado ao problema do impeachment de Dilma Rousseff. O impeachment é o mecanismo por meio do qual os golpistas executam parte essencial do golpe: a troca de quem está governando, substituindo a presidenta eleita por um golpista.

A alteração do conteúdo do pacto do regime político

A crise política é também a crise do regime político democratizante. A partir de meados dos anos 80, ficou patente que o regime militar estava completamente esgotado, o que evidenciava a necessidade de uma transição política como alternativa viável, que se expressou na constituição da Nova República e na constituição de 1988.

A crise brasileira é uma expressão palpável e particular da crise capitalista internacional, que se abriu em 1974. Daí o caráter do regime de 1985: instável. Ele abarcou diversos governos, e pôde se manter até certo ponto, atingindo seu auge no governo FHC, quando foi lançada a política neoliberal para o Brasil, uma política de ruína da economia nacional feita para tentar recuperar a lucratividade do capital.

A base do pacto democratizante surgido da transição foi o estabelecimento de um regime semidemocrático, em que eram respeitados os resultados eleitorais, ao mesmo tempo em que as condições de governabilidade implicavam mecanismos de contenção política de reformas estruturais. Esse sistema foi chamado de “presidencialismo de coalizão”, e mais recentemente com termo “Mdebismo”, marcando o papel relevante e determinante do PMDB como fiador político da governabilidade almejada. (NOBRE, 2013)

A crise dos governos neoliberais na América Latina permitiu a constituição de governos nacionalistas de esquerda no continente. No Brasil, a rejeição do governo FHC proporcionou a experiência dos governos de frente popular do PT, mas governos circunscritos aos limites do pacto democratizante, a “bola de ferro” do veto Medebista, na descrição de Marcos Nobre (2013).

A crise da ditadura militar relaciona-se diretamente com a emergência de um amplo movimento democrático de massas, que ao questionar os fundamentos da vigência do regime autoritário provocou o questionamento das próprias bases que sustentavam o controle dos militares sobre as instituições do país.

A grande questão colocada para os movimentos contrários à ditadura era como transformar as mobilizações sociais e sindicais em uma luta democrática pela liquidação da ditadura, mas o resultado alcançado foi intermediário, na medida em que o processo não foi inteiramente controlado como almejava os formuladores da transição lenta e gradual, mas, de qualquer forma, ocorreu uma transição pactuada, com modificações no arcabouço jurídico e o afastamento dos militares do executivo, mas manteve-se as forças políticas do antigo regime, através de uma composição com as forças burguesas oposicionistas.

Neste processo de transição, a burguesia coloca-se à cabeça da mobilização pelas “diretas já” como parte de uma ampla manobra política, que visa um acordo com o regime, para evitar inclusive o transbordamento do movimento de grande alcance popular. Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional, o processo sucessório realiza-se de maneira indireta, que permite uma conciliação entre setores do regime com o PMDB. A perda da iniciativa política por parte da camarilha militar e a impotência para construir uma continuidade legítima diante da crise leva a uma operação de compromisso dos setores fundamentais do PDS, (que viria a formar o PFL), partido oficial do regime com o PMDB, partido da oposição burguesa, que já governava Estados importantes da federação como Minas Gerais e São Paulo.

É importante ressaltar que o pacto político estabelecido a partir da transição em meados dos anos 80, que instaurou a Nova República, foi marcado pela instabilidade permanente, apenas por breves períodos, através de manobras como no Plano Cruzado e nas eleições subsequentes em 1986, que as forças políticas tradicionais conseguiam estabelecer uma relativa autoridade política sobre o conjunto da população. O resultado disso foi completo colapso do governo Sarney, que terminou melancolicamente.

Uma característica marcante do regime político brasileiro, como todas as formas de regime “democrático” nos países periféricos, é a vigência de uma forma de semi-bonapartismo com a oscilação entre governos autoritários (uma espécie de bonapartismo militar-policial) e experiências de governos semidemocráticos, com instituições funcionando, mas com restrições importantes para uma plena liberdade política.

A instabilidade política vincula-se às contradições políticas do regime semidemocrático brasileiro, que os governos da frente popular não modificaram estruturalmente. De um ponto de vista social e econômico, a crise econômica acerbou não somente as divisões políticas, mas a crise econômica/ social derivada da crise mundial, uma expressão concreta específica da crise capitalista.

A crise do neoliberalismo na América Latina e a vitória eleitoral do PT

A crise do neoliberalismo latino-americano no final dos anos 90, derrotado pela mobilização popular, teve como resultado o ascenso de governos de esquerda com características nacionalistas em praticamente toda a América Latina. Constrangidos a realizar concessões às massas operárias e populares de seus países, os governos de esquerda ascenderam aos governos em meio a uma profunda crise política, buscando estabelecer uma recomposição social e política nacional.

Do ponto de vista político, a crise dos governos neoliberais no final dos anos 90 provocou um recuo da ofensiva mais agressiva, mas agora a intensificação da crise internacional tem levado a retomada das políticas anteriores, em condições ainda mais débeis, por isso o uso de recursos não democráticos e autoritários, como os golpes de Estados, com o fechamento dos regimes políticos.

Na América Latina, no início do século XXI, a bancarrota dos governos neoliberais estimulou o surgimento de governos nacionalistas ou ligados à esquerda. A corrosão dos partidos tradicionais da classe dominante na crise dos anos 80, e posteriormente no fim dos anos 90, com a exaustão dos governos neoliberais na região, proporcionou na América latina, em especial nos países do cone sul, o ascenso de governos de esquerda. Evidentemente que existem aproximações e diferenças entre países da América do Sul que passaram ou ainda passam por alternativas de governos produzidas por novas lideranças políticas ligadas ao espectro nacionalista ou de esquerda.

O estabelecimento de governos de lideranças políticas vinculadas aos movimentos sociais e a partidos de esquerda ou centro esquerda no início do século XXI, apesar de não representar uma ruptura mais densa com as estruturas das sociedades, sinalizou para o colapso dos governos neoliberais, que predominavam na região, isso impactou, inclusive, nas relações internacionais com a criação da Alba e da Unasul.

A atuação das forças políticas a partir da explosão do descontentamento popular em alguns países como Bolívia e Venezuela, e a construção de pactos políticos sob a liderança de partidos de base trabalhista ou popular como na Argentina, Uruguai e Brasil colocaram em relevo uma mudança política na região, que mesmo não sendo unitária ou homogênea representou uma importante viragem social e política.

A noção de consolidação democrática e dos critérios de qualidade da democracia, hegemônica nas ciências sociais, a partir dos anos 80, escondia a própria natureza do processo de luta política na América Latina, em que as forças conservadoras nunca foram efetivamente “convertidas” em democráticas, mas, pela própria natureza do processos de transições, provocou mudanças incompletas, e sistemas políticos semidemocráticos, produto da adaptação dos partidos tradicionais em crise e ascensão de setores políticos de oposição burguesa.

A chegada do PT ao governo foi como uma medida preventiva diante do cenário Latino Americano, por isso como medida defensiva uma política de acordo permitiu a vitória da Frente Popular, que mesmo com todos os compromissos institucionais com os grandes detentores da riqueza nacional, estabeleceu um programa que continha concessões importantes às massas populares, como uma espécie de contra ponto à política neoliberal anterior. Neste contexto, as classes dominantes toleraram a chegada de um partido de esquerda com uma forte ligação do partido com os movimentos sociais. A perda das eleições e a impossibilidade pelas regras do jogo em mudar, barracada eleitoral da direita. Em toda América Latina, a impossibilidade de retorno através das eleições coloca para as forças conservadoras a virada autoritária, atacando os marcos do regime vigente, constituído pelo pacto estabelecido anteriormente.

No governo, o PT assumiu o papel de árbitro na crise política, buscando a via da conciliação do movimento operário com a burguesia através do controle de aspectos da política governamental. Contrariamente a todas as análises da esquerda, o governo do PT é um governo de frente popular. O PT deu mostras, durante toda a década de 90, de que caminhava no sentido da adaptação total ao regime político burguês. Seu esforço foi recompensado no momento em que a burguesia se viu sem alternativa para governar o país diante da crescente insatisfação das camadas trabalhadoras e pobres da população, e

do impasse econômico resultante do estrangulamento da economia produzido pelo governo neoliberal.

O PT ascendeu ao governo convocado pela burguesia para assumir o ônus pela implementação de um programa capitalista de consenso da maior parte da burguesia, ditado pelo grande capital e o imperialismo para a condução do Estado em crise, fazendo concessões menores à população pobre para aplacar a crise. O compromisso com os limites impostos pelo próprio regime fez do PT um disciplinado cumpridor da política de “austeridade fiscal” (as metas de “superávit primário”), restringindo o uso do dinheiro público e o crescimento da máquina estatal. O mesmo pode-se observar quanto ao pagamento dos juros exorbitantes das dívidas públicas interna e externa, que renderam elogios e solidariedade das lideranças dos países imperialistas.

A conceituação do Lulismo como fenômeno político relevante é, por sinal, um dos pontos chave na obra de André Singer. A percepção do papel histórico de Lula e do que o autor chama de Lulismo, uma ligação de Lula com setores mais populares do País e a constituição de um pacto social, entre grupos e classes, em torno de um “reformismo fraco”. De um ponto de vista mais global, o que André Singer classifica como Lulismo não consegue abarcar todos os aspectos do papel que Lula exerce no desenrolar da política brasileira.

Em “Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador”, o professor da USP e ex- porta voz do governo Lula, André Singer(2012), desenvolve a tese de que a base social do PT, bem como o conteúdo do discurso ideológico, se modificou fortemente, com aproximação com uma base social mais popular, porém mais difusa. Sendo que, do ponto de vista da ação governamental, os governos “lulistas” promoveram “reformas fracas”, mas significativas.

A pergunta norteadora que perpassa os textos é quais os desdobramentos das transformações econômicas, sociais e culturais no Brasil e no mundo nos últimos anos e como os governos de Lula e Dilma conjecturaram e atuaram neste período.

Nova onda de Golpes: A virada regressiva na América Latina e no Brasil

A nova vaga de golpes de Estado na América Latina não é um processo acidental, mas representa o endurecimento político das elites econômicas associadas ao imperialismo. A ascensão da direita na Europa, a realização de golpes de Estado na Ucrânia, Tailândia e no Egito, bem como uma fracassada tentativa na Turquia, são exemplos expressivos dessa tendência em todo mundo.

Esse processo relaciona-se com a retomada da crise capitalista (2008), que recolocou a necessidade dos capitalistas em atacar ainda mais profundamente os direitos sociais e democráticos da população, retomando uma política neoliberal, de flexibilização de direitos, privatizações e quebra de direitos.

Na América Latina, os golpes de estado em Honduras, Paraguai e Brasil indicam uma decomposição dos regimes “democráticos”, formados a partir de pactos políticos em processos de transições políticas, controlados após o colapso dos regimes militares autoritários, mantidos na região com aval dos norte-americanos. As investidas da direita contra os governos de esquerda na região também se expressa na derrota do kirchnerismo na Argentina, a impossibilidade de novo mandato de Evo Morales na Bolívia e a crise do chavismo na Venezuela. (SERRANO,2017)

A análise dos golpes de Estado é uma questão crucial para o entendimento político dos dilemas colocados na América Latina, que apontam para o aumento da polarização política. A dificuldade evidente é que ainda estão em desenvolvimento. Pretende-se refazer o percurso das experiências desses governos de esquerda, abordando desde os elementos que explicam sua ascensão ao poder institucional, passando pelas realizações e contradições dos governos e, finalmente, os contornos das tentativas de regresso da direita e as resistências dos movimentos de esquerda. (PRONER,2016)

O último mandato do PT, já sob a presidência de Dilma Rousseff, foi marcado pelo acirramento do conflito de interesses entre as diferentes facções da burguesia brasileira, que já se anunciava no segundo mandato de Lula. O caso do “mensalão”, que aparece no primeiro mandato de Lula, já demonstrava a luta da burguesia contra o crescimento do PT dentro do regime político. A insatisfação de setores antes comprometidos com o governo do PT, impulsionada pela avidez com que setores mais intrinsecamente

relacionados com o imperialismo procuram explorar a crise econômica, forma a base para a campanha oposicionista de direita. O estancamento da economia e a clara tendência recessiva, combinada com o esgotamento do recurso de usar o dinheiro público para compensar bancos e empresas por suas perdas (isenção fiscal, crédito etc.) abrem passo à pressão do imperialismo por um novo assalto em larga escala à economia nacional. (PIMENTA,2016)

Apesar de ter experimentado a política neoliberal das privatizações (estradas, aeroportos etc.), o governo do PT se mostra incapaz de fazer aquilo que levou o PSDB à sua maior crise, da qual não foi possível se recuperar. Tendo se beneficiado com a frente popular, que obteve desempenho exemplar na contenção da crise da máquina pública, o imperialismo e as camadas da alta burguesia brasileira, sobre as quais este se apoia, passam à oposição, arrastando consigo diversos setores, até culminar na queda do governo.(BOITO JR, 2018)

O Golpe é a expressão do esgotamento do pacto que levou o PT ao poder. O esgotamento é a base da crise e do golpe. Não é somente tirar governos, mas ataque contra a esquerda e uma devastação da economia. A solução drástica pela força para tentar salvar o capitalismo.

A campanha golpista ganhou volume e, em 2013, saiu às ruas pela primeira vez, misturando-se às passeatas da juventude que lutava pela redução dos preços das passagens de ônibus e metrô em São Paulo. Usando mais uma vez do controle da direita sobre a imprensa burguesa, falsificou o sentido das manifestações que se seguiram a enorme repressão do dia 13 de junho, mostrando as manifestações como o oposto do que eram realmente, isto é, não contra a direita e seus ataques ao povo, mas contra a corrupção do PT. (PIMENTA,2016)

O golpe de 2016 no Brasil, como outros realizados na América Latina (Honduras, Paraguai), evidencia uma virada na situação política. Os regimes democratizantes surgidos nos escombros das ditaduras militares estão sendo desmantelados. A constatação das engrenagens do golpe somente foi sendo revelado paulatinamente. A

concepção predominante no PT e nos movimentos sociais ligados à frente popular de que o golpe não seria possível, ou que seria derrotado apenas através de manobras políticas por dentro das instituições dominadas pelos golpistas, como o judiciário e o parlamento, foi um fator que obstaculizou a luta contra o golpe.

A inadequação das fórmulas democratizantes e da conciliação de classe do PT para enfrentar o golpe é bastante revelador da maneira como o próprio golpe foi sendo montado. O governo Dilma era bombardeado pela imprensa capitalista, encurralado pela campanha demagógica de “combate à corrupção” promovida pelos maiores corruptos do país, além disso, aconteciam inúmeras derrotas no parlamento hostil. Um dado fundamental é que, mesmo antes do impeachment, os golpistas iam desmontando o governo Dilma, sendo que as articulações golpistas orquestradas pela oposição derrotada nas eleições de 2014 (PSDB, DEM) envolveram como elemento decisivo setores da burguesia que estavam coligados com o PT no governo, como o próprio vice-presidente Michel Temer. A crença demonstrada pelo que restava do governo Dilma e pelo PT que “não havia condições para golpe” ou que o “processo de impeachment seria uma mera vingança de Eduardo Cunha”, e que a “democracia estava consolidada”, que “as instituições democráticas não permitiriam a queda do governo eleito” foram sendo dilapidadas pela ação preparada e articulada dos golpistas.

O fascínio pela “democracia” em abstrato e a crença de que o PT era um dos mais importantes participantes do “jogo político” levaram a direção do PT e boa parte da militância a comemorar qualquer medida, aparentemente favorável à manutenção do governo, como a resolução do STF no final de 2015, que obrigava o presidente da Câmara a refazer a constituição da comissão do impeachment, (na verdade, estava-se ordenando o rito para prosseguir com impeachment).

Somente quando o governo já estava em queda livre que Dilma, Lula e o PT proclamaram a existência do golpe e a necessidade da mobilização contra o impeachment. De qualquer forma, mesmo de uma maneira tardia, a importância da mobilização contra o golpe é de muita relevância. Em primeiro lugar, a luta contra o golpe estabeleceu um contraponto efetivo à narrativa golpista de que o governo não tinha apoio de ninguém, e que Dilma estava sendo derrubada pela luta “contra a corrupção”. O

processo de impeachment foi desmascarado como uma farsa grotesca e como golpe político. Dessa forma, a votação pela aceitabilidade do processo, em abril de 2016, evidenciou para toda nação que o impeachment era um golpe. Acontece que, neste momento, a mobilização contra o golpe, que estava em uma crescente, com manifestações em todo país do movimento “Não vai ter golpe”, entra em refluxo. Isso acontece pelo fato que a orientação política geral da mobilização era fundamentalmente demonstrar para as instituições dominadas pelos golpistas, como o parlamento, como era “feio” aprovar o “impeachment sem provas de responsabilidade”.

Em 31 de agosto, o Senado confirmou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Assim, utilizando-se como pretexto as “pedaladas fiscais”, o voto de mais de 54 milhões de eleitores é confiscado. A conjuntura e o desenrolar do processo político que levará a queda do governo Dilma, encerrando 13 anos de experiências de governos do PT, é exposta por André Singer no livro “O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)”.

De uma maneira geral, a crise política é identificada por Singer como a crise do Lulismo e do pacto democrático. Por sua vez, o que explicaria a perda da base de sustentação do governo Dilma, com a virada dos setores burgueses coligados ao PT, é devido a equívocos (decisões econômicas e políticas) do próprio PT, em especial da própria Dilma.

Em “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista”, André Singer(2018) apresenta o percurso da “nova matriz” econômica, seus pressupostos e medidas, além da oposição que foi sendo constituída no fim do primeiro mandato Dilma. O texto apresenta uma discussão bem fundamentada sobre as alternativas formuladas pelo governo Dilma, a partir de fatos econômicos, declarações de Dilma e Mantega, da FIESP, Febraban, bem como artigos da imprensa nacional e internacional.

No governo Dilma, realiza-se a tentativa de “ensaio desenvolvimentista” gerenciado pelo ministro da economia, Guido Mantega, com um retorno de um maior ativismo estatal na busca de maior incremento produtivo, assim temos a redução dos juros, 12.5 % para 7,5% entre agosto 2011 a abril 2013. Além do mais, ocorreu o uso intensivo do BNDS,

que estabeleceu linha de crédito subsidiado para o investimento das empresas por meio de repasses recebidos do tesouro. Teve um aporte de R\$400 bilhões no Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com uma aposta na reindustrialização do Plano Brasil Maior, redução do IPI (imposto sobre produtos industrializados), desonerações, plano para infraestrutura, reformas no setor elétrico, desvalorização do real, controle dos capitais, proteção do produto nacional. O ativismo industrial da nova matriz desenvolvimentista parecia indicar que o “Brasil entrava na era dos juros civilizados”, segundo a expressão do industrial Benjamin Steinbruch (citada por Singer, 2017).

Entretanto, o debacle capitalista da crise financeira atingiu em cheio o Lulismo, que tinha como ponto central na sua articulação para governar a construção de uma coalização entre industriais e trabalhadores. A crise do ensaio desenvolvimentista foi o fator determinante para a crise do Lulismo, em grande medida devido a junção de fatores econômicos adversos com a falta de base política.

O enfrentamento pelo governo Dilma de aspectos de sustentação do rentismo, como a política de juros altos e a política cambial, não significou o reforço da aliança entre uma burguesia industrialmente produtiva com os trabalhadores, através da consolidação do desenvolvimentismo, mas, pelo contrário, intensificou a perda da base de sustentação econômica e política, provocando em contrapartida a unificação dos setores dominantes contra o governo Dilma.

A “batalha do spread”, a redução dos ganhos do setor financeiro para garantir o crescimento da economia anunciada (a em 2012, teve como efeito colateral em 2013 e, sobretudo, em 2015 um duro enfrentamento político e social. A crise se desenvolve, com a quebra do pacto de governabilidade, o que levou o “lulismo nas cordas” (título de um artigo de Singer na revista Piauí), ou seja, um governo sitiado pela crise econômica e pela reação dos setores ligados ao capital financeiro.

Para Singer (2018), a explicação desse processo tem diferentes dimensões, por um lado, as próprias características estruturais da burguesia industrial brasileira foram sendo modificada nas últimas décadas, havendo uma maior mistura entre o capital industrial e das finanças. Por outro lado, o avanço da intervenção estatal beneficiou os industriais,

mas também provocou alargamento dos postos de trabalhos formais. O pleno emprego fortaleceu os sindicatos e gerou também o aumento das greves. O salário teve aumento real de 13% entre 2011-13. Além disso, tem um elemento de hegemonia política, apontado por Bresser Pereira que não pode ser desprezado, os “empresários, mesmo os produtivos, são sensíveis aos argumentos propalados pelo pensamento rentista”. Um parêntese, o grotesco Pato da Fiesp teve um efeito simbólico não somente para os “coxinhas” da classe média, mas alimentou a ilusão em muitos setores dos médios empresários, que a solução dos problemas econômicos seria simplesmente o afastamento de Dilma e do PT.

Assim, os interesses empresariais contrariados “catalisou a solidariedade intercapitalista” na linha anti lulismo. O deslocamento dos setores empresariais do pacto não foi compensado pela ação das bases populares de sustentação do lulismo, ou seja, os maiores beneficiados com o “reformismo fraco” dos governos petistas não foram mobilizados, devido ao fato que o Lulismo apenas realizou durante todo o período a mobilização passiva dessa base social, apenas no terreno institucional eleitoral, inclusive quando se sentiu ameaçado em 2014.

Daí a principal conclusão de Singer, “para cutucar aqueles onças, a presidente precisaria ter varas muito mais longas.” A análise tem o mérito de apontar o processo de crise política a partir das relações entre as classes e frações de classes em torno dos interesses econômicos e da conquista de posições políticas. De um ponto de vista das relações entre as forças políticas, as sucessivas vitórias do PT nas eleições presidenciais colocaram o PSDB na posição de não respeitar os resultados eleitorais, assinala André Singer. “O partido da classe média é incapaz de vencer as eleições.” Isso aumenta a instabilidade do sistema partidário brasileiro.

Diante da impossibilidade do “partido dos ricos vencer as eleições presidenciais, estimula o golpismo” e provoca “uma dinâmica bipolar cada vez mais radicalizada”. Um processo que tem semelhança com o desenvolvimento do sistema eleitoral no período entre 1945 a 1964, “a intensificação da luta de classes aparecia, então, como embate entre elites e massas”, expresso no conflito cada vez mais agudo entre a UDN e PTB. Os dados

eleitorais mostram o crescimento do PTB com a representação popular, o partido dos “pobres”.

Ao analisar as “tragédias do impeachment”, mais particularmente a atuação das forças políticas, Singer(2018) identifica corretamente que um grande elemento para a derrubada do governo eleito foi o fato do PSDB não aceitar o resultado eleitoral, pois identificou que o Lulismo não poderia ser derrotado de maneira imediata por eleições: “o caminho da criminalização como instrumento do PSDB para chegar ao poder”.

Ressentido pela quarta derrota seguida em eleições presidenciais, o PSDB forneceu elementos para a construção do golpe parlamentar. Embora o protagonismo tenha sido do PMDB, que assumiria a Presidência, a formulação jurídica, o programa econômico, a ponte com o empresariado e a legitimação perante a classe média passaram pelo PSDB. A mobilização impulsionada pela Lava Jato, via meios de comunicação, recobriu a derrubada de apoio social. (SINGER, 2018,p.31.).

Por sua vez, na obra intitulada “A radiografia do golpe. Entenda como e por que você foi enganado” e no artigo “O golpismo de ontem e o golpismo de hoje” (publicado como capítulo em “A Tolice da Inteligência Brasileira”) Jessé Souza, ex- presidente do IPEA no governo Dilma e destacado intelectual brasileiro, apresenta uma instigante abordagem sobre o papel da imprensa, do judiciário e das elites do dinheiro no golpe de Estado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Na sua construção analítica, em especial no livro “A Tolice da Inteligência Brasileira”, mas também presente na Radiografia do Golpe, Jessé Souza (2016) desenvolve sua argumentação de maneira polêmica contra os cânones do pensamento social brasileiro (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, entre outros).

Independente das posições que podemos tomar em relação às recriminações apresentadas contra os autores clássicos, é interessante o debate sobre como determinadas formulações foram sendo acomodadas para proporcionar a construção de determinado “consenso”

interpretativo, que gera submissão. A crítica de Jessé Souza sobre o papel dos “intelectuais colonizados da universidade” é contundente, decorrendo que “a elite do dinheiro precisa de outras elites.” Sendo que “a primeira elite a ser comprada é a intelectual”.

Entretanto, é exagerada a concepção manifesta de que essas teorias são responsáveis por “escravizam o nosso espírito e nos fazem agir contra nossos melhores interesses.”, portanto, advogando um idealismo como principal fator explicativo. Não é objeto dessa resenha aprofundar esse debate sobre o sentido geral das teorias e noções desenvolvidas pela inteligência brasileira nem muito menos as apreciações críticas formuladas por Jessé Souza. O que é mais relevante a ser ressaltado é a inestimável contribuição dos textos de Jessé Souza sobre a crise política brasileira, na medida em que representa um importante posicionamento político contra o golpe e contribui para uma compreensão dos motivos dos atores em disputa.

Pode ainda ser notado que o suposto combate contra a corrupção e a mobilização moralista da classe média têm como finalidade combater e mesmo derrubar governos nacionalistas ou/ de esquerda.

Quanto mais o governo cedia aos golpistas, mais os ataques eram intensificados pela mídia, sendo que a “seletividade da questão da corrupção, ao se concentrar apenas no PT, procurando atingir de qualquer modo o ex-presidente Lula”.

Não obstante, esses fatores do moralismo seletivo das classes médias, salienta o autor que a corrupção ou arte de enganar na busca incessante pelo Lucro é endêmica no capitalismo, assim como a monopolização e o processo de instrumentalização do Estado pelos capitalistas. Além do mais, é apresentada uma crítica à visão Weberiana de que existe uma oposição absoluta entre “capitalismo aventureiro”, enquanto capitalismo de saque e de grandes lucros eventuais, e “capitalismo moderno” sóbrio e do lucro cotidiano, mas justo e contido”.

Essa é a mesma visão apresentada pelos procuradores da Lava Jato, que a corrupção seria segunda pele do brasileiro, uma vez que nossos colonizadores foram os Portugueses, por outro lado, os Norte-americanos não seriam corruptos, pois foram colonizados por

Inglese. Assim, o Capitalismo moderno é entendido não somente como “ganho em racionalidade”, mas também como “ganho em moralidade”. Isso não poderia estar mais longe da verdade.

O capitalismo norte americano é infinitamente mais corrupto do que o brasileiro. Na verdade, não existe critério possível de comparação. A noção de que países periféricos ou atrasados como uma republiqueta de banana seriam mais corruptos do que o puro EUA é uma tolice sem precedentes. Como principal capitalista do mundo, com uma imensa riqueza acumulada, os Estados Unidos são as megas empresas multinacionais, são as grandes promotoras da fraude, manipulação, corrupção e saque no mundo inteiro. Jessé Souza apresenta como exemplos conhecidos, entre muitos, o saque americano ao petróleo no oriente médio e a fraude na crise de 2008: “o Capitalismo monopolizado de hoje não só fabrica balanços falsos de empresas e países com interesse de lucro e cria a ilusão de que grandes empresas e bancos fraudulentos são “grandes demais para quebrar” (como ficou patente na crise financeiro de 2008).

O golpe “legal” e a construção da farsa são destacados que como as pautas bombas no congresso nacional e as notícias negativas no terreno econômico alimentavam a “Crise política criada e manipulada midiaticamente. As manchetes diárias constroem a artilharia pesada contra governos”. O golpe teve como um dos grandes articuladores as empresas de comunicação. Sem a construção das narrativas pela mídia não teria acontecido a desestabilização do governo Dilma, a Lava Jato e mesmo o aprofundamento da crise econômica, uma vez que os dados eram manipulados e as perspectivas negativas eram criadas.

Depois da quarta derrota consecutiva, as forças da oposição conservadora chegaram à conclusão que seria preciso utilizar todos os arsenais para retirar o governo do PT de qualquer forma, neste esquema comandado pela elite endinheirada e pelo complexo jurídico-policial. Esse processo pode ser percebido antes do impeachment na maneira como a mídia se apropriou das manifestações de 2013, criando uma imagem de “povo contra o governo” e “povo contra a corrupção”. A manipulação da mídia dos protestos visava “pautar” os protestos. “Essa pauta foi pensada no sentido tanto de construir um fio condutor anticorrupção” expressa na PEC 37 que dava garantias para polícia, Ministério

Público e poder judiciário a capacidade de investigar, acusar e julgar. Constituindo uma sólida aliança entre a mídia e aparelho repressivo do Estado.

Para ser possível a quebra dos direitos democráticos e rasgar os votos de mais 54 milhões de eleitores, foi preciso a votação do impeachment pelo congresso nacional, mas a campanha da mídia golpista em torno da corrupção precisa de uma materialidade com aparência de “imparcialidade” e “anticorrupção”, que evidentemente o congresso nacional não poderia preencher. Assim, “é necessário legitimar o assalto ao princípio da soberania popular como única fonte que permite vincular legalidade e legitimidade do regime democrática e representativo”.

Neste sentido, é um equívoco apresentar o impeachment como sendo tão somente um golpe parlamentar, pois foi preciso a construção de uma rede envolvendo uma articulação entre a imprensa, os representantes políticos e a elite conservadora. Um aspecto fundamental nesta operação de encobrimento do golpe e criação de uma legalidade e legitimidade foi o papel desempenhado por um ator institucional que agrupou e acionou os instrumentos vinculadas à campanha pré-fabricada. Esse personagem institucional não poderia ser os parlamentares do congresso nacional, apesar da votação ali acontecer, seria necessário um elemento supostamente apolítico, em 1964 foram os militares e em 2016, o judiciário.

Em contexto de “ressentimento contra os de cima (corruptos e responsáveis por todas as mazelas) e de baixo (que não sabe votar e se deixam manipular)”, o papel tutelar do judiciário é decisivo, na medida que são apresentados como elementos exteriores da política e como defensores do interesse público. A natureza do golpe e os ataques aos direitos sociais e o aumento das opressões.

As instituições jurídicas e políticas brasileiras estão sendo reconfiguradas. Os golpistas estão retirando as parcas garantias democráticas estabelecidas a partir da Constituinte de 1988. A dimensão do golpe é de largo escopo, e, ao contrário do que advoga a esquerda conciliadora, não é possível “virar a página do golpe” como este fosse apenas um episódio que pudesse ser contornado ou até mesmo esquecido.

Acreditar que um acomodamento com as instituições controladas pelos golpistas poderá restabelecer o regime democrático desmontado pelos próprios golpistas é uma ilusão completa e uma fonte de desmoralização política. O abandono da luta contra o golpe, em nome das “Diretas já”, e depois em esperar as eleições 2018 para derrotar eleitoralmente os candidatos golpistas foi um erro colossal.

Mesmo mantendo, por enquanto, as formalidades constitucionais, as instituições sob a tutela dos golpistas estão sendo completamente desvirtuadas. A legalidade é apenas uma mera formalidade, que pode ser cumprida ou não, de acordo com os objetivos dos golpistas. Além disso, através de ações cada vez mais contundentes, existe um contínuo processo de depreciação dos direitos básicos democráticos, como as garantias para ampla defesa no processo legal, direito ao contraditório e mesmo o direito de expressão.

A perseguição política contra o ex-presidente Lula é maior evidência do caráter autoritário e antidemocrático do Golpe de 2016. O processo condenatório contra Lula no âmbito da operação Lava Jato é marcado por arbitrariedades que indicam o estabelecimento de um julgamento de exceção, a partir da quebra das garantias constitucionais avalizando uma perseguição criminosa contra Lula.

Duas publicações que trazem artigos sobre a perseguição ao ex-presidente Lula, o livro organizado por Cristiano Zanin Martins, Valeska Zanin Martins e Rafael Valim (2017) – “O caso Lula. A luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil” e a coletânea “Comentários a uma sentença anunciada. O processo Lula”; organizado por Carol Proner(2017), entre outros autores. Em ambas as obras diversos especialistas, intelectuais e juristas demonstraram os aspectos que evidenciam de maneira contundente o que já está se tornando cada vez mais evidente para qualquer um, mesmo sem nenhuma formação acadêmica na área jurídica, que a condenação da principal liderança política é uma fraude e um embuste com uma nítida finalidade política, impedir que Lula seja candidato a Presidente da República.

Neste sentido, é importante apreender o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff e a perseguição contra o ex-presidente Lula como exemplos de como normas judiciais são utilizadas e manipuladas para quebrar direitos elementares. De

acordo com Rafael Valim(2017), membro do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo - FIDA, o Brasil não somente já se encontra em um Estado de Exceção como “o caso brasileiro” é um “exemplo paradigmático de estado de exceção”, quando o judiciário é utilizado para perseguição política. Esta caracterização é fundamentada no livro Estado de Exceção: A forma jurídica do neoliberalismo.

O autor examina inicialmente quais as apreciações conceituais e históricas do que seria um Estado de Exceção. Ao discutir o tema, aborda as duas acepções correntes. A primeira a noção elaborada por François Saint Bonnet, que indica que a Exceção é quando as regras são transgredidas ou suspensas para o enfrentamento de uma determinada ameaça ou perigo. A segunda visão é a elaborada pelo intelectual italiano Giorgio Agamben(2004), que ressalta que o Estado de Exceção está penetrando e modificando de maneira profunda os sistemas jurídicos, transformando o que seria arbitrariedade provisória em algo durável.

Ao combinar essas duas visões e analisar de maneira concreta as ambiguidades do Estado de Direito, é possível perceber como as características do Estado de exceção, como o próprio nome já indica, deveria ser uma excepcionalidade como “último recurso”, mas tem se transformado em permanente. Assim, acompanhamos uma “progressiva substituição da política por formas de controle social”, o que na afirmação de Valim(2017), “Erode, de maneira sub-reptícia, o Estado de Direito”.

Nos anos 30, a concepção clássica do estado de Exceção foi apresentada por Carl Schmitt: “Soberano é quem decide sobre o Estado de exceção”. Isso significa que as regras e normas podem ser suspensas ou canceladas de acordo com as circunstâncias (tese essa amplamente utilizada pela Operação Lava Jato no Brasil, com a quebra das garantias constitucionais).

Assim, as regras do direito estão subordinadas ao poder do soberano, sem controle algum da população, que fica inteiramente a mercê do Estado. Não por acaso, as formulações de Carl Schmitt, crítico da teoria Pura do Direito de Hans Kelsen, serão a base constitucional do regime nazista na Alemanha.

Mas afinal o que levaria ao Estado de exceção? Podemos afirmar que existe Estado de exceção na atualidade? Inclusive é possível o Estado de exceção em “democracias consolidadas”? As formulações de Giorgio Agamben (2004) são interessantes para analisar essas questões e ajudar ao analisar o caso brasileiro.

O que Agamben(2004) aponta é que em regimes formalmente democráticos com o judiciário funcionando, com eleições regulares e relativa liberdade de imprensa pode existir um conjunto de leis antissociais e contrárias aos direitos individuais liberais elementares, ou seja, funcionam na prática como Estado de exceção por dentro e por fora do arcabouço jurídico do Estado Democrático.

O autor apresenta como exemplo concreto e mais evidente a legislação antiterror nos Estados Unidos, estabelecida depois do 11 de setembro de 2001. A luta contra o “terror” estabeleceu a noção de inimigo público, assim, determinadas pessoas não têm direito a ter direito algum. Os sem direito algum podem ser presos sem julgamento formal, sendo que o acusado de terror perde até mesmo o lugar dentro do direito. Isso tem uma dimensão de destituição de qualquer garantia do direito elementar, e aniquilamento das garantias mínimas do direito internacional. Assim, um “terrorista” preso na guerra do Afeganistão não é nem mesmo reconhecido como prisioneiro de guerra, sendo sequestrado para cumprir pena em Guantánamo.

Um dos métodos mais tradicionais dos regimes autoritários é o cerceamento do livre debate de ideias, com uma permanente agressão contra o funcionamento de espaços educativos de análise e pesquisa. Não por acaso, a ditadura militar instalada no país em 1964 realizou um intenso processo de expurgos, censura e perseguições nas escolas, nas artes e com especial relevo nas universidades brasileiras.

A constante agressão contra a liberdade de expressão, e tentativa do estabelecimento da mordaza contra a cultura e a educação é também uma característica do governo golpista instalado no Brasil a partir de 2016. O acontecimento mais recente é a tentativa do ministro golpista Mendonça Filho (DEM) de impedir a realização da disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, ofertada pelo curso de graduação em

Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB) e ministrada pelo professor Luis Felipe Miguel.

Como se viu nas universidades, o governo golpista não tolera a contestação nem mesmo a mais branda crítica. De fato, em diversas oportunidades, a autonomia universitária foi pisoteada e foram sendo implementadas medidas de censura e perseguição política no interior das instituições do ensino superior.

Os ataques contra reitores (UFMG, UFSC) são exemplos de que o verdadeiro objetivo dos golpistas é demolir as universidades, através de uma política de intimidação e terror contra a comunidade universitária. Nunca é demais lembrar que, em 2017, a UFRB sofreu uma forte agressão a sua autonomia, quando foi impedida pelo judiciário golpista de conceder o título de Doutor Honoris Causa para ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Importante destacar que a queda de Dilma foi realizada não por conta do “combate à corrupção”, mas visando um programa político de retrocesso. O “novo bloco do poder” queria derrubar a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, congelar o gasto público por duas décadas, aprovar a terceirização de mão-de-obra para atividades-fim, fazer uma reforma trabalhista anti-CLT, aprovar uma emenda constitucional que limitasse os benefícios da Previdência Social e, se possível, alterar o regime político na direção do controle das instituições.

O impeachment no Brasil em 2016, realizado sem crime de responsabilidade de uma presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos, pode ser caracterizado como um golpe, que foi realizado com o claro objetivo de fazer retroceder a pauta democrática e as ações governamentais para diminuir as desigualdades.

A ideia de que um golpe de estado não seria mais possível na região depois do fim das ditaduras e da pretendida consolidação democrática a partir dos anos 1980, ainda mais após a integração dos partidos de esquerda no sistema político institucional, inclusive com a chegada aos governos, precisam ser relativizadas. Nos últimos anos, o regresso das forças tradicionais voltou à pauta dos regimes políticos latino-americanos,

inclusive com a utilização de golpes políticos, uma prática tida como superada pela literatura política que salientava a consolidação democrática na América latina.

A agenda democrática existente no Brasil, ainda que restrita e limitada, marcada por problemas de representação política, mas com o exercício de formas de participação popular, como conferências e encontros temáticos, formação de secretarias contra as opressões, bem como programas sociais para beneficiar setores mais pauperizados, foram substituídas pela implementação da censura com marcantes restrições à liberdade nas universidades e na esfera cultural, além do estabelecimento de Medidas Provisórias e PECs que alteram a configuração de políticas públicas brasileiras.

[A Reforma do Ensino Médio, a PEC que limita e congela por 20 anos os gastos orçamentais na área social, o desmantelamento dos programas sociais, o fechamento das secretarias e ministérios que tratavam das opressões e a realização da Reforma Trabalhista e da lei da terceirização são indicadores que o exercício do poder pós-impeachment vai na direção da restrição da agenda democrática repercutindo negativamente na luta contra as opressões e no aumento significativo das desigualdades sociais.

Em um cenário de crise política aguda, pretende-se não somente analisar os contornos da agenda com características nitidamente neo-liberais no governo Michel Temer, mas pretende-se debater no sentido mais amplo, as abordagens teóricas e os estudos históricos e empíricos sobre os limites impostos à participação política, nas relações tensas da agenda pós-democrática no Brasil e no mundo, num quadro de aumento das desigualdades.

Nas esferas do poder central não é mais possível a existência de políticas intermediárias e posições contraditórias, mas vinculadas aos estratos populares como são de maneira geral as adotadas pelo PT e por outros governos de esquerda na América Latina. A pressão para desestabilizar governos de esquerda na região, com até mesmo a realização de golpes para a retomada de governos nitidamente conservadores, é fruto de uma nova orientação política para a realização de um verdadeiro desmonte do Estado e das políticas públicas que possam favorecer as camadas populares.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Giovanni et al. (org.). **Enciclopédia do golpe**. Vol.2. O papel da Mídia. Curitiba: Declatra, 2017.

ARGOLO, Fernanda e RUBOM, Linda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2016.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: editora unicamp; São Paulo: editora Unesp, 2018.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe. **A dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FREIXO, Adriano e RODRIGUES, Thiago (orgs.). **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

GENTILI, P. (ed.) **Golpe en Brasil: Genealogía de una farsa**. Buenos Aires: Clacso/Octubre Editorial, 2016,

JINKINGS, Ivana. Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, Cristiano Zanin. Et al. **O caso Lula. A luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil**. São Paulo: contracorrente, 2017.

MATTOS, Hebe et all. **Historiadores pela democracia. O golpe de 20186: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia.(org). Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2017. P.45-64.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: companhia das letras, 2013.

PRONER, C. et al. **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

PRONER, Carol. Et al. **Comentários a uma sentença anunciada. O processo Lula**. Bauru: Praxis, 2017.

SADER, Eder (org). **Lula e Dilma. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, wanderley Guilherme. **A democracia impedida. O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SERRANO, Pedro Estevan. **Autoritarismo e golpes na América Latina. Breve ensaio sobre jurisdição e exceção**. São Paulo: Alameda, 2017.

SINGER, Andre e LOUREIRO, Isabel. **As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. **O Lulismo em crise. Um quebra- cabeça do período Dilma(2011-2016)**. São Paulo: companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TELES, Barbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do golpe**. Curitiba: Declatra, 2017.

VALIM, Rafael. **Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.